

## OS DESAFIOS NO COMBATE À INFLAÇÃO NA ECONOMIA DO BRASIL REDEMOCRATIZADO

Victor Hugo Cortat Silva<sup>1</sup>.

1 Victor Hugo Cortat Silva – Centro de Ciências Jurídicas e Políticas - CCJP; Escola de Ciências Jurídicas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

### RESUMO:

O período subsequente à Ditadura Militar no Brasil foi marcado por debates no âmbito político e econômico, envolvendo analistas, economistas e juristas de diferentes partes do mundo. No que concerne ao cenário político, as questões relacionadas ao regime autoritário que precedeu a redemocratização foram majoritariamente controladas e encaminhadas, permitindo uma transição relativamente estável para o regime democrático. Entretanto, no plano econômico, o país enfrentava um desafio latente: a contenção da hiperinflação, que constituía grave ameaça à economia nacional e ao poder de compra da população.

A hiperinflação que assolava o Brasil exigiu a adoção de uma série de políticas econômicas rigorosas e inovadoras, com o objetivo de contê-la e de restaurar a confiança da população no sistema monetário. Entre as medidas adotadas, destacam-se o congelamento de preços e salários, o confisco de valores das contas de poupança, a introdução de novas moedas e a criação de índices inflacionários. Essas ações caracterizaram-se como elementos centrais dos vários planos econômicos implementados no Brasil durante esse período.

Dessa forma, entre os anos de 1986 e 1994, o Brasil experimentou uma série de planos econômicos, cada um com estratégias distintas para enfrentar a inflação galopante e estabilizar a economia. O ápice desses esforços foi obtido com a implementação do Plano Real em 1994, um marco na história econômica do Brasil, uma vez que se revelou eficaz em controlar a inflação e estabilizar a moeda. Desde então, este plano continua sendo a base da política econômica brasileira, garantindo a manutenção da estabilidade econômica e a preservação do poder de compra da população.

**Palavras-chave: Economia; Inflação; Planos Econômicos; Poder de Compra.**

### INTRODUÇÃO:

A economia brasileira no período pós-redemocratização concentrou-se na garantia da estabilidade econômica e na preservação do poder de compra da população, aspectos essenciais para consolidar o país no cenário internacional entre as melhores economias do mundo. No entanto, a busca por essa estabilidade foi marcada por desafios substanciais, especialmente no que diz respeito ao controle da inflação nas décadas de 1980 e 1990. Para enfrentar essas adversidades, sucessivos governos brasileiros implementaram uma série de pacotes de medidas econômicas, os quais tiveram

impactos importantes, tanto no aspecto econômico, quanto no social. Estes pacotes ficaram conhecidos como planos econômicos, sendo relevantes as políticas associadas aos Planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Esses planos desempenharam um papel crucial na transição econômica do país, fornecendo a experiência necessária para o desenvolvimento do Plano Real, implementado em 1994, que consolidou-se como o marco de uma estabilidade monetária que perdura até os dias atuais.

## **OBJETIVOS:**

Este estudo tem como objetivo central a análise da Economia Política como uma disciplina propedêutica imprescindível para o Direito, a Administração Pública e a Ciência Política, ressaltando sua contribuição significativa para o enriquecimento do debate crítico no meio acadêmico. Além disso, busca a compreensão do histórico recente da economia brasileira, com o intuito de esclarecer aspectos cruciais para a compreensão do cenário social e político contemporâneo, tais como os fatores determinantes da inflação, a instabilidade do poder de compra da população e a necessidade de medidas eficazes para a promoção do bem-estar social.

Desse modo, através de uma abordagem interdisciplinar, que abrange desde as ciências políticas até a macroeconomia, o trabalho objetiva uma reflexão crítica e o entendimento acerca da importância de conectar o histórico recente do Brasil à realidade atual. O estudo oferece, portanto, análises com impacto real na vida dos brasileiros, ao mesmo tempo em que fomenta o debate sobre o desenvolvimento e a implementação de políticas e práticas econômicas que foram concretas e eficazes.

## **METODOLOGIA:**

A metodologia adotada neste trabalho consiste em uma análise crítica de textos acadêmicos fundamentais para o desenvolvimento da disciplina "Economia Política II", os quais oferecem diversas perspectivas sobre os desafios enfrentados por analistas, economistas e juristas brasileiros na busca pela estabilidade socioeconômica no período pós-redemocratização. O estudo foca nas alternativas para a contenção da hiperinflação, extremamente nociva a um regime democrático, uma vez que agrava as desigualdades sociais, ao reduzir significativamente o poder de compra da população.

Além da análise textual, a metodologia deste trabalho inclui a criação de um ambiente propício à proposição de novas ideias e discussões acerca da efetividade dos planos econômicos implementados para alcançar e manter a estabilidade econômica. A partir dos textos analisados, busca-se desenvolver argumentos e propostas que integrem a economia política com a realidade contemporânea, contribuindo para o debate acadêmico e para o desenvolvimento de políticas econômicas mais eficazes.

## **RESULTADOS:**

Entre os resultados práticos identificados na elaboração deste trabalho, ressalta-se a análise da ineficácia das primeiras medidas econômicas destinadas a conter o aumento dos índices inflacionários, particularmente o congelamento de preços. Essa estratégia revelou-se ineficaz, uma vez que foi facilmente contornada pelos proprietários dos meios de produção, que priorizavam o lucro em detrimento do bem-estar social e econômico da população brasileira.

Outro resultado significativo foi a observação da importância da comunicação interdisciplinar

entre as áreas das ciências humanas em relação às medidas econômicas implementadas nos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990, especialmente na administração pública, ciência política e direito. A análise destacou a influência das críticas dos analistas políticos sobre o impacto das medidas adotadas, o papel dos agentes da administração pública na articulação e aprovação das políticas, e a função dos juristas na proteção dos direitos privados e coletivos. Este estudo evidenciou a importância da integração entre essas áreas no desenvolvimento de políticas econômicas eficazes, que são essenciais para a melhoria das condições sociais e econômicas da sociedade brasileira.

## **CONCLUSÕES:**

As conclusões deste trabalho evidenciam não apenas a importância teórica da Economia Política para as disciplinas de Administração Pública, Ciência Política e Direito, mas também suas implicações práticas para o aprofundamento do debate crítico entre integrantes do funcionalismo público brasileiro. Assim, por meio da análise dos textos acadêmicos, foi possível, de maneira empírica, desenvolver argumentos e discussões pertinentes sobre as medidas econômicas, oferecendo ao ambiente acadêmico uma compreensão mais aprofundada da realidade dos brasileiros e de seus impactos.

Dessa forma, os resultados da análise mostram a possibilidade de ampliação do entendimento público sobre questões econômicas, que, apesar da sua complexidade, afetam diretamente a vida da população. Entende-se, portanto, que a união da Economia Política com a prática administrativa e jurídica pode enriquecer significativamente a discussão acadêmica e promover uma maior conscientização e compreensão dos efeitos das políticas econômicas no Brasil e dos desafios a serem enfrentados.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ADEODATO, Benedito. *Inflação e planos econômicos*. Apostila eletrônica.

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.